Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPARÊNCIA

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2020, às 15h:15min., utilizando a plataforma de vídeo conferência, tendo em vista a situação de pandemia e calamidade pública decretada no Município de Ribeirão Preto, reuniu-se no Plenário da Câmara Municipal a Comissão Permanente de Transparência, nos termos da resolução nº174/2015(Regimento Interno CMRP), bem como do Ato da Presidência nº84/2020, o qual, nomeou como vereadores membros: Vereadores Marcos Papa (Presidente), Fabiano Guimarães (Vice-presidente), Rodrigo Simões, Gláucia Berenice e Dr. Luciano Mega. Iniciando os trabalhos o vereador presidente da Comissão de Transparência Marcos Papa presente in loco no Plenário, destacou a presença em Plenário da vereadora eleita Duda Hidalgo, em seguida realizou a síntese das conquistas obtidas pela Comissão Permanente de Transparência neste ano de 2020 dentre elas: agenda fixa da reunião da Comissão Permanente de Transparência ás 15h em todas as primeiras quartas-feiras do mês, justamente para incentivar a participação popular; obrigatoriedade da Prefeitura de Ribeirão Preto transmitir em tempo real as audiências públicas sob sua responsabilidade decorrente de exigência legal; projeto de lei que obriga a Prefeitura publicar todos os estudos e cálculos que fundamentaram as leis orçamentárias quais são a LDO e LOA; estudos para criação de lei objetivando a participação popular de forma remota, com integração entre a sociedade e o parlamento. Feito isso, o vereador presidente informou que remotamente participam também desta reunião os vereadores membros Luciano Mega e Gláucia Berenice; bem como os convidados: jornalista Cristiano Pavini (representante do Instituto Ribeirão 2030); Márcio Toledo; Isabella Pawlak (representante da ACIRP), Gula Biagi, João Pedro Toledo, Letícia França. Por conseguinte, o vereador presidente concedeu a palavra aos vereadores membros Gláucia Berenice e Luciano Mega que após as saudações, destacaram as conquistas obtidas através da Comissão Permanente de Transparência, ficando outros desafios para a próxima legislatura. Retomando a palavra o vereador presidente se manifestou sobre as seguintes questões: projeto de resolução apresentado pela Comissão Permanente de Transparência que garante o direito da participação popular nas audiências de forma remota, sendo tecnicamente viável pelo sistema operacional Openlegis, o qual, é utilizado nesta Casa de Leis; será sugerido para a próxima Mesa Diretora a manutenção das reuniões da Comissão Permanente de Transparência em datas pré-definidas sendo a forma de incentivar a participação popular; projeto de resolução que tem por objetivo o término da votação relâmpago, mantendo-se o regime de urgência, o qual, está em trâmite para ser colocado em votação. Quanto a tramitação eletrônica dos projetos e documentos, o vereador presidente, ressaltou que é necessário a aquisição dos tokens cujo o pedido está na posse da Mesa Diretora e Departamento administrativo da Casa, não podendo persistir esta situação, neste sentido consignou para constar em ata o que segue: "Para que nós tenhamos rapidamente uma deliberação de aquisição destes equipamentos, dispositivos que permitem a assinatura eletrônica" e posteriormente a Mesa Diretora promova o calendário de treinamento para capacitação dos servidores, assessores parlamentares dos vereadores na utilização destes equipamentos de assinatura digital. Além disso, o vereador presidente perguntou ao servidor efetivo Fernando Marcos Ramos (coordenador legislativo desta Câmara Municipal) sobre a Ouvidoria desta Casa de Leis ser integrada com a Ouvidoria do Poder Executivo Municipal, bem como sobre o andamento de aquisição dos dispositivos de assinatura eletrônica pela atual Mesa Diretora, e o calendário de treinamento dos assessores parlamentares. Com a palavra o servidor efetivo Fernando Marcos Ramos (coordenador legislativo desta Câmara Municipal) após as

saudações, informou que relacionado a questão da Ouvidoria o servidor responsável está lotado na Coordenadoria Legislativa, ressaltando que existiu alguns contatos de secretários municipais que estão interessados em efetuar integrações entre a Câmara e o Poder Executivo, exatamente para facilitar a comunicação e o trabalho desta Casa Legislativa no recebimento de demandas externadas pela população, a qual, muitas vezes não tem conhecimento da competência da Câmara e Prefeitura Municipal, em que no seu ponto de vista é positiva está integração entre as Ouvidorias e também no processo legislativo pois o Prefeito tem competência para propor projetos de lei, vetar e sancionar leis, ressaltando que o atual sistema Openlegis possibilita esta integração no processo legislativo. Relacionado ao processo administrativo de aquisição dos tokens pertence ao setor administrativo, sendo que, após a aquisição informou que existe o comprometimento da Coordenadoria Legislativa em elaborar de forma imediata o cronograma de capacitação dos assessores parlamentares e dos 22(vinte e dois) vereadores eleitos para acesso do sistema OpenLegis por meio dos tokens, destacando que a atual Mesa Diretora e todos os vereadores concederam total liberdade, reiterando que o entrave está na aquisição dos tokens. Com a palavra o vereador membro Luciano Mega informou e convidou a todos para participarem da reunião sobre Ouvidoria que ocorrerá no Plenário da Casa no dia 14/12/2020 ás 15h:30min, cujo um dos objetivos é a interação da Ouvidoria do Poder Legislativo com o Executivo. Retomando a palavra o vereador presidente mencionou também sobre o estágio de andamento dos projetos de autoria da Comissão Permanente de Transparência. Com a palavra o convidado Cristiano Pavini, após as saudações e agradecimentos, parabenizou a Comissão Permanente de Transparência que no balanço anual das atividades foi positivo. Sugerindo que na próxima legislatura as reuniões sejam realizadas quinzenalmente em face da alta demanda. Informando que em fevereiro de 2020 na reunião do Comitê Municipal de Transparência e Comissão Permanente de Transparência ficou definida agenda comum de trabalhos em 08(oito) pontos quais são: fim do regime de urgência e urgentíssima que se encontra tramitando; reuniões mensais da Comissão Transparência, ressalvando e sugerindo que ocorra a ampliação na divulgação das reuniões visando maior participação popular e entidades representativas, até mesmo com adequações no próprio site da Câmara Municipal com fornecimento do link de acesso para reunião com 01(um) dia de antecedência; acompanhamento e sugestão dos projetos com disponibilização e disparada de alerta das palavras chaves para informação sobre os projetos que foram apresentados; implementação do e-cidadania, ou outro mecanismo sugerido pelo coordenador Fernando Ramos (e-democracia) para maior participação popular; interação nas audiências públicas a exemplo do que ocorre com a Comissão de Transparência por obrigatoriedade no Regimento Interno; capacitação dos servidores da Casa e a Comissão de Transparência dos Servidores disponibilizem agenda de capacitação, para replicar na Casa Legislativa os princípios de transparência e governo aberto e participação destes servidores nas reuniões da Comissão Permanente; criação do laboratório de inovação cidadã semelhante ao existente na Câmara Federal; e tramitação eletrônica dos projetos que não avançou este ano, destacando a dificuldade na aquisição dos tokens sendo prioridade para o primeiro trimestre; com relação a utilização da Tribuna Livre o Regimento Interno é omisso, sendo necessária a regulamentação da matéria. Enfatizando que o balanço de conquistas da Comissão de Transparência foi muito positivo. Retomando a palavra o vereador presidente solicitou o fornecimento destas questões mencionadas pelo convidado Cristiano Pavini para a Comissão de Transparência para servir como plano de trabalho inicial para o ano de 2021. O convidado Cristiano Pavini se comprometeu em fornecer posteriormente ao presidente da Comissão de Transparência o

rol das questões mencionadas. Retomando a palavra o vereador presidente perguntou ao convidado Fernando Ramos se a aquisição dos dispositivos (tokens) estão na previsão orçamentária da Câmara na LOA 2021. O convidado Fernando Ramos respondeu que a Comissão Permanente de Finanças tem competência de apresentar emenda sobre este assunto na LOA que será votada até a segunda semana de dezembro, destacando que o orçamento da Câmara pode contemplar naturalmente esta aquisição pelo baixo preço, fazendo parênteses quanto as regras e impedimentos da lei complementar federal nº173/2020, inclusive mencionando o estudo elaborado pelo TCE composto por 28(vinte e oito) laudas que foi solicitado seu fornecimento pelo vereador presidente. Com a palavra o vereador membro Luciano Mega, enalteceu a participação do jornalista Cristiano Pavini e Fernando Ramos nestas reuniões, destacando a necessidade da interação remota também nas outras Comissões, sugerindo ser necessário o convite para os servidores membros da Comissão de Transparência para participarem destas reuniões da Comissão de Transparência. Quanto ao uso da Tribuna Livre, mencionou que existe projeto de sua autoria em trâmite na Casa. Com a palavra o convidado Márcio Toledo, após as saudações, elogiou os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Permanente de Transparência durante esta legislatura. Com a palavra o convidado João Pedro Toledo, após as saudações, ressaltou que os trabalhos da Comissão Permanente de Transparência, continue com o desenvolvimento destas atividades para a próxima legislatura. Retomando a palavra, o vereador presidente informou que foi o autor do projeto da criação Comissão Permanente de Transparência nesta 17ª legislatura, que gerou inúmeras conquistas, enaltecendo a participação do Instituto 2030 e demais entidades civis organizadas, que foram essenciais nestas conquistas, por isso, é necessário continuarem atuando neste processo de participação na próxima legislatura, porque a maior beneficiada será a população. Com a palavra o convidado Cristiano Pavini sugeriu que fosse elaborado o relatório das atividades desenvolvidas, conquistadas e pendentes para ser apresentado a próxima Mesa Diretora, e vereadores membros da Comissão Permanente de Transparência na próxima legislatura. Retomando a palavra o vereador presidente concordou com a sugestão apresentada e nada mais havendo a deliberar, o presidente da Comissão Permanente de Transparência, vereador Marcos Papa, agradeceu a participação de todos os convidados e encerrou a reunião às 16h:13min., tendo a mesma sido gravada em inteiro teor por mídia audiovisual que é parte integrante desta ata nos termos da Resolução nº46/2018 disponibilizada no canal https://www.youtube.com/watch?v=_uKy0e_rAfw e devidamente juntada aos autos. Eu, Luiz Fernando Peres (_____) servidor designado, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos vereadores membros desta Comissão Permanente de Transparência presentes na reunião, ressaltando que a inexistência de lista de presença ocorre em razão da reunião ter ocorrido de forma remota.

MARCOS PAPA
vereador Presidente da Comissão Permanente de Transparência

LUCIANO MEGA
vereador membro CPT

GLAUCIA BERENICE
vereadora membro CPT